Trajetória parlamentar de Alberto Guerreiro Ramos

Wilson Pizza Junior*

"O político não tem posição amadorista.
Tem posição interessada."
(22ª sessão, 17 fev. 1964, a propósito
da legalização do Partido Comunista)

Guerreiro Ramos ocupou a tribuna da Câmara dos Deputados 71 vezes no período entre 26 de agosto de 1963, quando, na condição de suplente, assumiu a cadeira de deputado federal por força de licença concedida ao deputado Leonel Brizola, a 17 de abril de 1964, já com o mandato cassado pelo comando revolucionário. Só conseguiu eleger-se graças à avalanche de votos concedidos ao ex-governador do Rio Grande do Sul pelos eleitores do então estado da Guanabara, em meio a uma campanha pobríssima de recursos. Durante esse período, apresentou dois projetos de lei: o que dispõe sobre o processamento e averbação de licenças de patentes de invenção no Departamento Nacional da Produção Industrial (138ª sessão, 26 ago. 1963) e o que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico de administração (149ª sessão, 4 set. 1963).

Como cientista social, destacou-se pela obstinação em buscar os fundamentos necessários para o entendimento do país, e assim possibilitar a construção de um modelo para o Brasil. Professor de sociologia, autor de obras voltadas para a discussão crítica das condições do Brasil, seus pronunciamentos na Câmara dos Deputados buscavam sempre trazer à luz condições objetivas de compreensão do país segundo suas peculiaridades e a situação observada no mundo. Dessa forma, a fundamentação de episódios políticos tomando como base fatos e autores brasileiros era tão constante como a busca de pontos de ligação entre fatos nacionais e acontecimentos universais; por isso mesmo freqüentemente suas intervenções assumiam um tom professoral, com reiteradas ilustrações baseadas na história do Brasil, o que foi destacado mais de uma vez por apartes de outros deputados.

A preocupação com a atitude científica e as manifestações de liberdade intelectual típicas da forma de agir e pensar de Guerreiro Ramos não deixaram de criar problemas até mesmo junto a companheiros de legenda, já que os limites dos programas partidários muitas vezes impõem restrições próximas da intransigência. E, muito embora sempre fazendo referência à orientação do Partido Trabalhista Brasileiro, Guerreiro Ramos na verdade sublinhava seus pronunciamentos com os interesses do país, com uma proposta transpartidária, com o apelo ao entendimento e o combate ao oportunismo e a atitudes extremadas.

* Bacharel em administração pública pela EBAP/FGV. Foi aluno e colaborador de Alberto Guerreiro Ramos.

De maneira geral, foram os seguintes os temas tratados com destaque por Guerreiro Ramos: reforma agrária, profissionalização do serviço público, formação de um mercado interno brasileiro, ênfase ao papel das Nações Unidas; socialismo, crítica da esquerda, trabalhismo, legalização do Partido Comunista.

Os assuntos de que se ocupou Guerreiro Ramos apresentam estreita ligação com sua vida dedicada às ciências sociais, à compreensão do país e aos deveres da filiação partidária, apesar de a vinculação a um partido político não haver restringido o conteúdo dos seus pronunciamentos. Ele próprio ilustrara tal fato ao afirmar: "Considero-me, portanto, um *virtuose* da inabilidade política, porque não estou disposto, Sr. Presidente, a fazer uma carreira política com o ônus da minha desnaturação intelectual" (269ª sessão, 9 dez. 1963).

A reforma agrária fazia parte da grande mobilização das esquerdas em prol das "reformas de base", e por isso merecia tratamento prioritário. Guerreiro Ramos a defendia, contudo, como um grande esforço de entendimento nacional, e não como privilégio de qualquer agremiação partidária. A profissionalização do serviço público decorre do fato de ele próprio ter iniciado sua vida pública como técnico de administração, em concurso promovido pelo Dasp para a criação de quadros profissionais de excelência, e da constatação do abandono dessa iniciativa. A formação de um mercado interno, para Guerreiro Ramos, deveria constituir o passo seguinte à substituição de importações, o que, juntamente com a poupança interna, propiciaria ao país menor dependência de capitais e mercados externos. As Nações Unidas são privilegiadas de duas formas: na consecução de uma política externa independente por parte do Brasil e na atenção dada pela ONU a mudanças no círculo de influência das nações hegemônicas, como a quebra de restrições à filiação da República Popular da China e a adoção de novo tratamento ao problema de marcas e patentes, tema, a propósito, defendido por Guerreiro Ramos como delegado brasileiro na ONU em 1961. O socialismo é uma preocupação recorrente, e apresentado como condição inevitável da evolução do capitalismo, muito embora as referências feitas revelem tratar-se do socialismo como estágio evolutivo do capitalismo e não como regime político.[1] A natureza das críticas dirigida às esquerdas deve ser entendida de duas formas: falta de consistência conceitual das esquerdas, responsável por chavões panfletários, patrulhamento ideológico e proliferação de palavras de ordem, ou simples oportunismo pessoal daqueles genericamente designados de "esquerdeiros". O trabalhismo é apresentado como assunto de interesse permanente do partido (Trabalhista Brasileiro), mas, bem à feição do nível de independência intelectual do cientista social, o que Guerreiro Ramos entende por "trabalhismo" é fruto de suas próprias reflexões (16ª sessão, 30 jan. 1964; e 27ª sessão, 21 fev. 1964). A legalização do Partido Comunista é defendida pela importância que representava a identificação dos co-

[1] Guerreiro Ramos afirmava que na União Soviética e nos demais países cativos da ideologia marxista-leninista nunca houve socialismo, mas capitalismo de Estado.

munistas, obrigados pela clandestinidade a buscar outras legendas, e pela criação de condições objetivas de combater as suas propostas.

Mas o Brasil é o grande e eterno tema.[2]

Em todas as suas intervenções na Câmara dos Deputados, Guerreiro Ramos sempre teve a preocupação de encontrar respostas para os rumos do país, mesmo quando ilustrava seus discursos com fatos e autores representativos de outros contextos. Tal atitude, a propósito, é coerente com a trajetória do cientista social, e sua independência intelectual finda por marcá-lo de forma singular também no panorama político: contra o cidadão Guerreiro Ramos investido de mandato eletivo, como de resto sempre ocorreu no âmbito específico das ciências sociais, se agregam representantes das direitas e das esquerdas. A prática da liberdade intelectual implica muitas vezes conflitos insolúveis com os que capitulam a profissões de fé, a um programa partidário, ou a crenças ideológicas.

Assim é que Guerreiro Ramos se declarava um homem "de esquerda", mas combatia as esquerdas e foi por elas combatido ao denunciar o desvirtuamento do que chamava de "esquerdeiros", ou, por exemplo, ao classificar o marxismo-leninismo de chantagem filosófica. De outro lado, não pôde ser acolhido pelos defensores de posições à direita, já que criticava as atitudes retrógradas e mantenedoras do *status quo* próprias dos liberais, o que, por sua vez, não era suficiente para que fosse aceito como par dos que se identificavam com as esquerdas.[3] Seria assim também no âmbito específico da produção intelectual; uma vez que não se permitiu identificar com qualquer movimento, corrente, escola (que ele chamava de "paróquias"), ou linha de pensamento, de forma acrítica, a obra de Guerreiro Ramos será sempre combatida, rejeitada ou ignorada por representantes das mais diferentes ideologias, de influência tanto marxista quanto liberal.

Nos discursos de Guerreiro Ramos são constantes as citações de autores brasileiros e a referência e episódios da nossa história. Temas de preocupação permanente são tratados de forma a buscar um tipo de interpretação peculiar às condições do país. Assim, chama ele a atenção para os perigos da internacionalização do problema brasileiro na simplificação das disputas entre esquerda e direita (218ª sessão, 25 out. 1963; e 249ª sessão, 25 nov. 1963). O marxismo e o marxismo-leninismo são enfocados à luz de condições históricas e a partir da discussão das propostas de Marx e de Lenin, e não dos seus seguidores (229ª sessão, 7 nov. 1963). A revolução é referida como passagem de uma fase para outra qualitativa-

---

[2] Na 142ª sessão, em 29 ago. 1963, quando defendia a reforma agrária, disse: "O que é necessário é não mais postergar a solução do problema agrário; o que não é mais possível é continuar insensível à reivindicação capital que neste movimento o povo brasileiro faz nas ruas, em relação à qual não estou disposto a tolerar qualquer escamoteação. E o *Partido Brasileiro*, sendo um partido popular, reafirmando velhos compromissos com o povo (...)". O deputado Britto Velho, em aparte, registrou o ato falho.

[3] "Não sou um trânsfuga, não sou um arrivista, e é estranho que eu seja um homem considerado comunista em todos os órgãos da direita e seja um homem que, ultimamente, tenha merecido uma campanha sórdida de certas agências da extrema esquerda que me apontam como reacionário" (218ª sessão, 25 out. 1963).

mente superior (220ª sessão, 28 out. 1963), condição que identificava como sendo vivida pelo Brasil naquela ocasião. A inflação — como de resto outros assuntos de natureza econômica — é abordada como fenômeno a ser interpretado de forma diferente de métodos e processos praticados nos países hegemônicos.

Até mesmo em episódios isolados é evidente a preocupação com a fundamentação conceitual e a referência a acontecimentos típicos da vida brasileira. Assim é com a citação de Teófilo Otoni a uma "jornada de otários" (e a insistência de que "o otário é, realmente, uma categoria da história política do Brasil"), com a qual via semelhança no movimento que então (1963) defendia uma revolução de esquerda[4] (240ª sessão, 18 nov. 1963).

Três dos livros escritos por Guerreiro Ramos são por ele citados da tribuna da Câmara: *O problema nacional do Brasil, A crise do poder no Brasil* e *Mito e verdade da revolução brasileira*. Este último, a propósito, constitui notável ausência das citações bibliográficas sobre o golpe de Estado perpetrado em 1964. Editado em 1963, às vésperas da implantação do regime militar e em plena ebulição de uma pretensa revolução de esquerda, afirma, textualmente, que o golpe em marcha no Brasil é de direita. Embora tal afirmação não seja repetida nos discursos de Guerreiro Ramos na Câmara, o livro é referência para diversos pronunciamentos e os temas nele tratados são usados como exemplo. Mas uma obra nunca citada pelo autor — *A redução sociológica* — é a grande presença da sua atuação parlamentar, desde a tentativa de entender e viabilizar o Brasil sob o imperativo de uma forma própria, à construção de uma "teoria cabocla". Analisar os pronunciamentos de Guerreiro Ramos sem "colocá-los entre parênteses" é correr o risco de cometer erros de interpretação; assim, por exemplo, quando se declara socialista e prega o advento do socialismo no Brasil, ao mesmo tempo afirma: "Vou fazer a defesa do capitalismo brasileiro" (258ª sessão, 29 nov. 1963). A atitude crítico-assimilativa, propugnada na *Redução sociológica*, é uma prática constante nos discursos e observações de Guerreiro Ramos.

Em 31 de março de 1964 Guerreiro Ramos ocupou a tribuna da Câmara dos Deputados para divulgar a situação de tranqüilidade em que se encontrava o país e proclamar a impossibilidade de um golpe de Estado, que acabou ocorrendo no dia seguinte. Não foi o único engano em que incorreu, mesmo havendo discorrido anteriormente sobre o golpe.[5] Em 3 de fevereiro de 1964 (18ª sessão), afirmou: "A função das Forças Armadas, durante a época longa em que o Brasil não tinha povo e não tinha sociedade civil, era essa função patriótica de repor a história do Brasil no curso normal da sua vocação, quando se ameaçava uma distorção qualquer na sociedade política". E concluiu: "Meu receio, sr. presidente — para ter-

---

[4] Revolução brasileira ou jornada de otários? é o título de um dos capítulos do livro *Mito e verdade da revolução brasileira*, editado em 1963.

[5] Por duas vezes Guerreiro Ramos discorrerá sobre o golpe: em 20 de janeiro de 1964 (8ª sessão), ao afirmar que o presidente João Goulart não daria o golpe; em 23 de janeiro de 1964 (11ª sessão), ao apresentar os fundamentos do golpe de Estado para, com isso, argumentar que o momento não permitia que ele ocorresse.

minar, é este: que a presença do sr. Carlos Lacerda, como candidato a presidente da República, determine conseqüências imprevisíveis que façam com que a sociedade civil perca o controle dos acontecimentos e um quadro militar venha ocupar o vazio do poder que se fizer em conseqüência disso".

Os pronunciamentos de Guerreiro Ramos posteriores ao golpe militar dirão apenas do clima de terror que se instalou no país, particularmente atingindo os que não haviam aderido ao movimento. A fala do dia 8 de abril de 1964 (22ª sessão), onde denuncia a apreensão do livro *Mito e verdade da revolução brasileira*, é prenúncio das ações seguintes, que irão culminar na cassação do mandato (direitos políticos suspensos por 10 anos por ato do Comando Supremo da Revolução, de 13 de abril de 1964). Os últimos discursos soam como um apelo dramático, na tentativa de questionar a legalidade dos atos do governo militar, que, embora encontre apoio em outros membros da Câmara, não consegue prosperar: confirma-se a cassação do mandato e a perda dos direitos políticos, sem que jamais tivessem sido revelados os motivos. O protesto será registrado dessa forma: "Eu não temo o sacrifício, mas não posso ser sacrificado em vão. Não pelo nada aos beneficiários do dia. Não sou homem de justificações, porque a minha vida é aberta. Está nos meus livros. Está no depoimento dos meus discípulos. Está nos assentamentos dos órgãos de governo a que tenho servido. Mas o que mais temo, sr. presidente, é ser sacrificado em vão" (30ª sessão, 14 de abr. de 1964).

Não sabemos como seria hoje o Brasil se o golpe militar de 1964 não tivesse ocorrido, mas é possível afirmar que tudo — para todos — seria muito diferente, e o mesmo se pode dizer da vida, da carreira, da obra de Guerreiro Ramos. Certamente *Administração e contexto brasileiro* (título modificado, na 2ª edição, de *Administração e estratégia do desenvolvimento*) não teria sido escrito, e, quem sabe, *A nova ciência das organizações* não tivesse passado de uma expectativa, como o foram *Teoria e destino* e *A arte de governar o Brasil*, os dois livros que Guerreiro pretendia escrever em 1982, mas não chegou sequer a começar. Talvez a atuação parlamentar tivesse assumido prioridade (a eleição para um novo mandato era considerada certa), esmaecendo atividades acadêmicas e impondo obstáculos à produção intelectual. Não é possível saber, mas pode-se afirmar com certeza que, se a cassação de Guerreiro Ramos fez gorar um projeto político, o "sacrifício" não foi em vão.

Cassado em 13 de abril de 1964, falecido em 6 de abril de 1982, as duas mortes de Guerreiro Ramos ocorreram no mês que "abria" o ano, antes do advento dos calendários juliano e gregoriano.[6] Cientista social, Guerreiro Ramos certamente não seria indiferente a esse acaso, ele que se referia, com um misto de seriedade e ironia, ao "comportamento inteligente das coisas".

---

[6] Como se sabe, até 153 a.C. o ano tinha início no solstício da primavera, 15 de março, mês de Marte, deus romano da guerra, correspondente ao Ares grego.